



TG AMR 2019/2023.98

À Procuradoria Regional da República no município de Tabatinga

Procuradora Geral Regional Nathalia Geraldo Di Santo

**Ref.: Perguntas não respondias acerca dos assassinatos de Bruno Pereira e Dom Phillips**

Rio de Janeiro, 31 de maio de 2023

Prezada Procuradora,

A Anistia Internacional Brasil, organização de defesa dos direitos humanos com sede na cidade do Rio de Janeiro, nesse ato representada por sua diretora de Programas, Alexandra Montgomery, vem, por meio deste ofício, reiterar o pedido de informações atualizadas sobre o atual estágio das investigações referentes aos assassinatos, Bruno Pereira e Dom Phillips, desaparecidos e encontrados mortos em junho de 2022.

A Anistia Internacional Brasil vem acompanhando o referido caso, bem como a situação de direitos humanos dos povos indígenas e de seus defensores na região do Vale do Javari, desde o primeiro momento de notificação do desaparecimento de Bruno e Dom, tendo lançado uma [Ação Urgente](#) de repercussão internacional para cobrar celeridade e efetividade nas investigações do caso. Até o presente momento, esta ação conta com 35.418 assinaturas de pessoas pedindo ao Procurador-Geral da República, Sr. Augusto Aras, que garanta investigações céleres e imparciais sobre o caso.

Ao longo desse ano, não só mobilizamos a comunidade internacional para cobrarem por justiça por Bruno e Dom como enviamos a este Ministério Público três expedientes (TG AMR 19/2022.23, TG AMR/2022.115 e TG AMR 19/2023.5) solicitando informações sobre as diligências do caso tal como indicando a necessidade de que estas sejam realizadas de forma célere, transparente e em respeito aos direitos humanos.

A Anistia Internacional Brasil sinaliza preocupação quanto aos últimos desdobramentos do caso que são marcados pela morosidade na realização de audiências de instrução processual tal como a soltura de suspeitos de envolvimento no caso como Laurimar Lopes Alves, conhecido pela alcunha de “Caboclo” em 7 de dezembro de 2022. Em 365 dias sem Bruno e Dom, muitas perguntas seguem em aberto e as respostas dadas pelas autoridades parecem insuficientes para completar este quebra-cabeça.

DS  
a



Ainda existem pelo menos dez perguntas não respondidas sobre os assassinatos de Bruno e Dom e os conflitos no Vale do Javari:

1. Por que o MPF só apresentou denúncia contra três pessoas (Os réus Amarildo da Costa Oliveira, conhecido pelo “Pelado”; Oseney da Costa de Oliveira, conhecido como “Dos Santos”; e Jefferson da Silva Lima, conhecido como “Pelado da Dinha”), embora tenha citado em sua denúncia os nomes de “Sirinha”, Edvaldo, “Guerão” e “Patuti”, que seriam os “demais agentes” envolvidos no caso - as pessoas responsáveis por operar a ocultação dos corpos queimados e esquartejados de Bruno e Dom?
2. Por que não se apresentou denúncia contra Laurimar Lopes Alves, conhecido como Caboclo, que recebeu liberdade provisória mesmo sendo apontado como um dos suspeitos de ser responsável pela ocultação dos corpos de Bruno e Dom?
3. Por que, passado um ano desde os assassinatos, o suspeito apontado pela PF como mandante do crime, conhecido como Colômbia, ainda não foi indiciado?
4. Quais as linhas de investigação sobre os mandantes do crime? Por que a Polícia Federal publicou uma nota que declarava que não havia mandantes no crime mesmo com indícios e denúncias por parte da Univaja com esse teor?
5. Quais as reais motivações do crime e o contexto da preparação da emboscada?
6. Quais as medidas adotadas pelo Governo brasileiro para garantir o cumprimento da medida cautelar da CIDH que solicita proteção a indígenas da Univaja?
7. Qual a ligação dos assassinatos de Bruno e Dom com o assassinato de Maxciel dos Santos, servidor da FUNAI e antigo colega do Bruno?
8. Qual a procedência da arma do crime?
9. Quais os próximos passos do caso com o recente indiciamento do ex-presidente da FUNAI e outros servidores por omissão no homicídio e ocultação de cadáver de Bruno e Dom?
10. Quais as conexões entre o inquérito dos assassinatos de Bruno e Dom e aquele que apura a atuação criminosa e armada de ribeirinhos em relação a pesca de pirarucu nas comunidades de São Rafael e São Gabriel, ambas localizadas às margens do rio Itacoaí?

Instamos o Ministério Público a esclarecer tais perguntas à sociedade e aos familiares de Bruno e Dom.

Cordialmente,

DocuSigned by:  
*Alexandra Montgomery*  
2B9CD193BE82477...

Alexandra Montgomery  
Diretora de Programas  
Anistia Internacional Brasil